

“Ficaram os descendentes para essa história reescrever”: A presença Laklãnõ/Xokleng na cidade de Orleans, SC

“The descendants remain to rewrite this story”: The Laklãnõ/Xokleng presence in the city of Orleans, SC

Helena Bett Hansen¹

Resumo: Seja por meio dos discursos oficiais, pela historiografia ou pelo imaginário coletivo de sua população, a identidade catarinense é recorrentemente atrelada a sua descendência europeia, sobretudo alemã e italiana. No entanto, para que essa identidade fosse forjada a história do povo Laklãnõ/Xokleng foi sistematicamente apagada e isolada em um passado distante, ocultando a violência a eles implicada pelo processo de colonização do território. Este artigo busca analisar as disputas narrativas acerca da história da cidade de Orleans, a partir do discurso do escritor e poeta Xokleng, Wanderley Baptista na tribuna da câmara de vereadores do município em 2024, bem como de que maneira tais narrativas são instrumentalizadas para a formação da identidade orleanense, em consonância a identidade estadual.

Palavras-chave: Laklãnõ/Xokleng; Orleans; Colonialismo.

Abstract/Resumen: Whether through official discourse, historiography, or the collective imagination of its people, the identity of Santa Catarina is repeatedly linked to its European descendants, particularly German and Italian. However, in order for this identity to be forged, the history of the Laklãnõ/Xokleng people was systematically erased and relegated to a distant past, obscuring the violence inflicted upon them by the process of colonization of the territory. This article seeks to analyze the narrative disputes surrounding the history of the city of Orleans, based on the speech delivered by the Xokleng writer and poet Wanderley Baptista at the city council chamber in 2024, as well as how such narratives are instrumentalized in the formation of Orleans' identity, in line with the state's identity.

Key-words: Laklãnõ/Xokleng; Orleans; Colonialism.

Introdução

¹ Helena Bett Hansen, UDESC/FAED/AYA, graduanda, helenaahansen@gmail.com, 0009-0007-7409-8206.

O seguinte estudo foi desenvolvido inicialmente a partir da disciplina de História Indígena, ministrada pela professora Dra. Luisa Tombini Wittmann no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Nesse sentido, se relaciona com as discussões desenvolvidas em sala e com o referencial bibliográfico proposto e disponibilizado pela professora no decorrer do semestre. O contato com a temática é fruto de uma inquietação da autora em relação a história do município de Orleans SC, onde nasceu e foi criada, e a insistente presença de um discurso colonial hegemônico que exalta o colonialismo europeu e invisibiliza a presença e a história Laklãnõ/Xokleng na região.

Sendo assim, este trabalho pretende apresentar o contexto de colonização da cidade de Orleans, na região da antiga Colônia do Grão Pará, e as narrativas de identidade criadas a partir desse momento da história que seguem presentes nas instituições e no imaginário coletivo do município. Narrativas estas que se alicerçam na suposta ausência indígena na região e são profundamente tensionadas pela presença de Wanderley, homem Xokleng orleanense, na tribuna da câmara de vereadores com um discurso que retoma a história e a manutenção da cultura indígena. O estudo objetiva refletir sobre as disputas narrativas que permeiam a história orleanense, bem como a tentativa de apagamento da presença indígena em seu território, da violência colonial e do racismo sistêmico como forma de articulação e legitimação de poder.

A Terra das Colinas e sua memória do passado

Mesmo sabendo que a cidade de Orleans, dote de uma princesa, colonizada por diversas etnias tem um imenso respeito a seus desbravadores que aqui chegaram, para a história dessa cidade que hoje continua com seus descendentes. E nós os descendentes dos povos originários da etnia Xokleng também fizemos parte dessa história desse município que aos poucos tem sido reescrita, e esse cocar vai muito contribuir (Baptista, 2024).

Domingos com a igreja matriz cheia de fiéis, os conhecidos que se cumprimentam na rua com o falatório que se inicia logo cedo da manhã e a neblina densa que cobre as casas nos dias frios. Com uma paisagem repleta de araucárias e cercada pelo paredão de montanhas que compõem a Serra do Rio do Rastro, Orleans² é um município interiorano com cerca de 23.000 habitantes. Marcado pela atividade agrícola e pecuária, indústrias de plástico, comércio e o forte discurso de valorização da colonização europeia – em maior medida italiana.

Enquanto orleanense, mulher branca de uma família que sempre valorizou sua descendência italiana, nascida na maternidade do Hospital Santo Otilia, fui criada ao som de *La Bella Polenta*³ em todas as festividades da cidade. Do Sete de Setembro ao aniversário do município a identidade europeia é reforçada com orgulho, com as comidas ditas típicas, as músicas, as cores da bandeira da Itália e as histórias dos mais velhos que remetem com nostalgia ao passado. Ao momento da chegada

² A cidade de Orleans que possui um relevo repleto de vales e morros é também conhecida na região como Terra das Colinas.

³ Música lançada em 2011 pelo grupo gaúcho Ragazzi dei mont.

de seus antepassados, ao esforço, ao trabalho, a superação, criando um imaginário repleto de ‘heróis’ corajosos que construíram a cidade com as gotas do próprio suor. O que não se costuma comentar, pelo menos não de forma pública, é que a construção dessa cidade calma e próspera no sul do estado de Santa Catarina se deu principalmente do sangue indígena derramado nas terras da antiga Colônia do Grão Pará. Que esses homens lembrados com prestígio foram muitas vezes responsáveis, de forma direta ou indireta, pelo genocídio Laklãnõ/Xokleng em Três Barras⁴. A valorização da imigração dos colonos italianos alicerça a identidade orleanense na ligação entre os conterrâneos e os europeus que chegaram à região no século XIX, ignorando os Laklãnõ/Xokleng que desde muito antes da colonização, vivem nesse território.

No dia 04 de março de 2024, em sessão ordinária da câmara de vereadores, se apresenta para uso da tribuna livre Wanderley Donizete Baptista, indígena do povo Laklãnõ/Xokleng, escritor de contos e poesias. Sua fala inicia-se com o agradecimento a museóloga Valdirene Böger Dorigon⁵ que teria conseguido contactar Fabiano, indígena Guarani da aldeia *Tekoá Marangatu*, para que confeccionasse um cocar para Wanderley. O escritor afirma que esse era um sonho muito antigo e que para ele o cocar representa a possibilidade de manter viva a cultura de seu povo. Seu discurso reforça a intenção de preservar a própria cultura, bem como, repensar a história de mesmo que as principais narrativas propagem um apego a herança europeia, conte sua história entendendo os indígenas como sujeitos ativos e pertencentes a essa narrativa.

Nascido e criado em Três Barras, ouvia de sua mãe sobre o passado de sua família, em especial as vivências da avó, que forçosamente foi obrigada a deixar seu povo, sua língua e seu modo de vida. Em seu livro, “Pensamentos de um Xokleng” (2024), o poeta expressa a vontade de aprender a língua Laklãnõ/Xokleng, ponto que traz também a tribuna quando solicita que professores indígenas fossem convidados ao município para o oferecimento de aulas do idioma. A demanda pela retomada da língua originária tem sido bastante levantada por populações indígenas em Santa Catarina e no restante do país, como apresenta Carli Caxias Popó:

Essa preocupação é justamente por causa da necessidade de manter viva a memória da história do povo Laklãnõ, isto é, sem o conhecimento e domínio de uma língua não é possível conhecer uma história. Portanto, a preocupação em preservar a Língua Laklãnõ não é simplesmente para que as pessoas falem ou se comuniquem na sua língua específica, mas que continuem a possibilidade de conhecer sua cultura a partir de suas linguagens (Popó, 2015, p.17).

Ao final, Wanderley rememora a expedição conhecida popularmente como “a captura dos últimos índios” de Orleans, realizada em meados do século XX nas encostas da serra. O ocorrido costuma ser colocado pela história local como marco que encerra um período de conflitos e aprisiona a presença indígena no passado da cidade.

⁴ Região do interior orleanense localizada nos costões da Serra do Rio do Rastro.

⁵ Museóloga do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel.

Nesse sentido, é possível a reflexão sobre um conflito de narrativas que é comum a diversas regiões de Santa Catarina. De modo a reforçar e valorizar a colonização europeia, cria-se um sentido romantizado do processo colonial, que segue violentando populações indígenas de maneira física, mas também de maneira epistêmica. Cria-se um imaginário coletivo a partir de uma história tradicional que discorre sobre o genocídio dos povos originários como um fator necessário para o desenvolvimento e o progresso, estratégia de desumanização recorrente no sistema colonial. No entanto, esse discurso é colocado em xeque quando um orleanense Xokleng se posiciona de forma pública na câmara municipal falando sobre sua história e lutando por direitos. A fala de Wanderley apresenta a demanda por justiça social que se constrói a partir da escrita da história. Essa por sua vez, sendo feita com compromisso a luta antirracista evidenciando a agência de populações indígenas e rompendo com uma história racista e colonial.

Tendo em vista as questões levantadas, surge o questionamento acerca da legitimidade dos espaços de poder ocupados pelos descendentes dos colonos alicerçada no discurso de civilização e valorização da branquitude de origem europeia da cidade. De que maneira a presença de Wanderley e as demandas por ele apresentadas tensionam essa narrativa e permitem a construção de novas histórias que partam da perspectiva e agência indígena em Orleans?

Três Barras, terra Laklãñ/Xokleng

Após décadas sem registros da presença Laklãñ/Xokleng nas terras da atual Orleans devido a agência violenta dos bugreiros, reclamações de colonos sobre seus gados estarem aparecendo flechados voltam a trazer a presença indígena como uma questão na década de 1940. Nesse momento as autoridades da cidade acionam o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) do Paraná, que envia o inspetor Dioclesiano Souza junto a dois homens indígena à cidade. Um grupo de cerca de 10 homens, entre moradores da região e os enviados pelo SPI paranaense adentram as matas do costão da serra, na região da Vaca Moura (Três Barras) e lá encontram uma família composta por Gapen, Japru - casal de mais idade- e Canharã - homem jovem. Na circunstância, os três são levados para um rancho nas Três Barras, onde viveram por um curto período até adoecerem de gripe. A contaminação é atrelada a circulação de não indígenas no local, que sabendo da presença da família indígena no município, se deslocavam para o interior querendo conhecer os ditos “últimos índios” (Centro Barriga Verde, 2024). Esse comportamento demonstra a espetacularização que envolve a situação, bem como o entendimento dessas pessoas como seres exóticos a partir do imaginário racista dos colonos e seus descendentes:

Semanas após que vieram morar no rancho, adoeceram. Era gripe. Gapen, a mulher, morreu e foi enterrada dentro do rancho com seus pertences. Oito dias depois morreu Japru. O jovem Canharã, fugiu pelo costão, pensou que haviam sido envenenados (Centro Barriga Verde, 2024, p.19).

Depois da fuga, Canharã foi encontrado, levado de volta para o rancho onde conseguiu se recuperar da gripe. Lá passou cerca de seis meses acompanhado dos dois homens indígenas enviados juntos do inspetor Deuclesiano pelo SPI. Acreditavam, por um breve momento, que poderiam existir outros pequenos grupos Laklãnõ/Xokleng pela região, o que não se confirmou apesar das buscas. Confirmada a não presença de outros indígenas na cidade, o jovem Xokleng foi levado até a reserva indígena de Matos Costa, próximo à fronteira paranaense. Depois desse ponto, as documentações já não mostram como se seguiu a vida de Canharã.

Figura 01 - Canharã e Japru década de 1940



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI; Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans, SC

A política indigenista da época seguia as intenções nacionalistas do Estado Novo, que a partir da ação do SPI visava transformar a população indígena em cidadãos brasileiros, pensando a defesa do território, a unificação do país e as questões raciais que viriam alicerçar a identidade brasileira construída e reforçada por Vargas. Com a criação do órgão federal de Serviço de Proteção ao Índio em 1910 as populações originárias do Brasil passaram a ser tuteladas pelo Estado, que busca a partir do aldeamento e da então chamada pacificação ‘fixar o homem à terra’, acabando com o nomadismo característico a diversas populações. Essa intenção se baseava no interesse pelas terras e pela mão de obra, “convertendo índios e sertanejos em cidadãos produtivos. O SPI iria doutrinar os índios, ‘fazendo-os compreender a necessidade do trabalho’” (Garfield, 2000, p. 15). Essa transformação também reformula a imagem do indígena a partir de um estereótipo romantizado, do ‘bom selvagem’, do indígena bondoso e guerreiro que é parte do mito da democracia racial constitutivo do Brasil. A política do SPI segue pensando o indígena a partir de um olhar colonial, no entanto, passa a combater os massacres de bugreiros, como os que ocorreram no final do século XIX e início do século XX na região da terra das colinas.

Antes da invasão europeia os Laklãnõ/Xokleng viviam e se relacionavam a partir de seus próprios costumes e organização social. No vasto perímetro da mata atlântica, anterior aos processos

de fragmentação que dividiram a terra com fronteiras inventadas, os indígenas transitavam por todo território que hoje entendemos como sul do Brasil. A partir de sua vivência, da conversa com anciões e análise de artefatos arqueológicos, o pesquisador Copacãm Tschucambang nos apresenta em seu TCC, aspectos da vida Laklãnõ/Xokleng anterior ao contato com os brancos. Objetos como o *kló*⁶, o *kózy tō bég*⁷ e a pedra de formato arredondado “utilizada quente para alisar a panela de *cerâmica-pénky* e também utilizada quente no mōg para fermentar a bebida feita de mel com a mistura de outras coisas da natureza” (Tschucambang, 2015, p.35) expressam a cultura alimentar, com o consumo do mel, da carne, de frutas e grãos, em especial o pinhão. As pontas de flecha, em conjunto com o *konh ko*⁸ e o *ke ken*⁹, também explicitam a prática da caça, com o consumo da anta, do bugio e do porco do mato (Tschucambang, 2015). Além de demonstrar costumes da cultura e da vida cotidiana no período pré-colonial, esses instrumentos apresentam os saberes indígenas e suas tecnologias para a manipulação de materiais líticos e construção de ferramentas. Outro aspecto bastante característico dessa sociedade é o deslocamento constante pelo território. O deslocamento constante entre uma área e outra, também apresenta um profundo e complexo conhecimento do território, do clima, da fauna e da flora local, na compreensão e alinhamento aos ciclos naturais. No entanto, como discorre Tschucambang, essa prática é atravessada e impedida a partir do processo colonizador:

A cada época eles estavam em um determinado lugar, pois tinham alta mobilidade dentro do seu território de ocupação por conhecerem e entenderem o “ciclo da natureza”, mas com a chegada dos não índios na região do vale do Itajaí, este povo deixou de fazer esta prática considerada normal para os Laklãnõ/Xokleng, pois o território onde eram feitas as coletas e caças foi ocupado (Tschucambang, 2015, p. 38).

Esse fator fez com que no primeiro momento da imigração europeia, na região da antiga Colônia do Grão Pará, não houvesse o registro de conflitos diretos entre indígenas e não indígenas. Do início até meados do século XIX ainda era possível que os grupos Laklãnõ/Xokleng seguissem vivendo a partir de sua organização, se deslocando e praticando as atividades da caça e da coleta. Isso muda de forma mais significativa, a partir do crescimento populacional dos colonos, que acompanha o desmatamento na região em prol do dito desenvolvimento, com a abertura de estradas, construção das casas e roças para a agricultura e pecuária.

Trazer os colonos europeus foi parte da tentativa de branqueamento da população nacional, de ocupação dos chamados vazios demográficos e de estímulo ao trabalho assalariado, questão atravessada pelo discurso racista de que esse tipo de relação trabalhista não poderia ser desenvolvido pela população africana e indígena (Selau, 2006, p.13). No caso do sul de Santa Catarina esses

⁶ “Mão de pilão”, utilizado para moer e pilar carnes e pinhão (Tschucambang, 2015).

⁷ “Machado de Pedra” utilizado para cortar madeira e fazer a extração do mel (Tschucambang, 2015).

⁸ Utilizado para cortar carne e coisas moles e para a afiação de outros instrumentos (Tschucambang, 2015).

⁹ Utilizado para raspar materiais, usado para cortar e na perfuração (Tschucambang, 2015).

processo começa a se consolidar a partir da comissão de engenheiros chefiada por Manoel da Cunha Sampaio, que buscava fazer o reconhecimento e a medição do território que seria posteriormente habitado pelos imigrantes, garantindo também o perímetro referente ao dote da Princesa Isabel e de seu esposo Conde d'Eu. Duas décadas depois, entre 1887 e 1888 é registrado o primeiro relato do contato com um grupo Laklãnô/Xokleng por agrimensores que trabalhavam no costão da Serra Geral (Szlachta e Guimarães, 2024, p.38). O relato explicita que houve conflito no encontro e expõe a preocupação acerca da relação entre os indígenas e os europeus que chegavam à região.

As empresas privadas de colonização, em articulação com o Estado, eram responsáveis pela vinda dos europeus, organizando a viagem, conduzindo os colonos desde o embarque até seus destinos e acompanhando o estabelecimento dos recém-chegados no território. Duas tarefas eram fundamentais nesse processo. A primeira era a atração dos imigrantes por meio de agenciadores que atuavam na Europa e a segunda a garantia de permanência e boa produção das famílias em solo brasileiro, visando os ganhos financeiros que cada imigrante significava. Sendo assim, as empresas colonizadoras, alinhadas as intenções do governo imperial trataram de defender os interesses dos novos habitantes nas colônias.

Com a chegada de mais pessoas, os espaços cobertos pela mata que possibilitaram por um breve momento a não integração entre indígenas e não indígenas, passaram a se tornar mais estreitos. Com o alargamento das estradas e expansão da população branca em direção aos pés da serra os grupos Laklãnô/Xokleng foram sendo encurralados em um território cada vez menor. Tendo seu deslocamento limitado e com a caça se tornando mais difícil pela diminuição da área de floresta o contato com europeus se torna recorrente e bastante conflituoso.

A tensão cada vez mais presente se torna motivo de migração de colonos para outras regiões, fator que gerou preocupação nas empresas colonizadoras. Diferente da política indigenista do século XIX, que determinava o aldeamento, no caso do sul catarinense o que se vê é uma verdadeira guerra “que foi sistematicamente levada a efeito como forma de liberar as terras ocupadas por estes grupos para fixação de imigrantes integrados a sociedade nacional” (Selau, 2006, p.14). A violência sistemática das expedições de bugreiros é financiada principalmente pelas empresas colonizadoras e por colonos, com conivência do Estado, motivados pelo interesse econômico nas terras e no estabelecimento dos imigrantes europeus no país.

A formação das identidades

Como nos aponta o intelectual Daniel Munduruku (2020), as populações indígenas brasileiras são sistematicamente reduzidas a ideia de ‘índio’, personagem quase folclórico da identidade brasileira que homogeneiza a extensa pluralidade de povos, além de defini-los a partir dos interesses brancos. Tanto de forma romantizada, quanto de forma demonizada a representação dos indígenas é moldada por pressupostos racistas e desumanizantes que tratam essas populações como seres

subalternos. No caso da Colônia do Grão Pará não foi diferente. Antes mesmo de chegarem ao Brasil, os imigrantes entravam em contato com uma visão distorcida das populações originárias brasileiras, pensando esse referencial a partir dos interesses privados e estatais de atraí-los para cá. De acordo com Selau (2006) isso se consolida a partir de alguns pontos fundamentais. A priori a imagem idealizada do ‘bom selvagem’, em conjunto com a narrativa ‘heroica’ de que os europeus desbravariam a terra trazendo a civilização e, portanto, a dizimação da floresta e das populações que nela viviam seria parte constitutiva e necessária do processo civilizatório. Essa ideia é atrelada ao sentido de “seleção natural” que afirma que se não for com a morte do corpo, o indígena deveria ser morto em sua subjetividade, “civilizando-se” (Selau, 2006, p.114). A civilidade na realidade é aqui utilizada como sinônimo de branquitude. Na lógica colonial, a humanidade e a civilidade são características necessariamente brancas, e na tentativa de dissolução de outras formas de ser e existir, civilizar significa viver de acordo com as normas da colonialidade.

A imagem romantizada dos Laklanõ/Xokleng logo se transforma com o início dos conflitos que colocam em risco o sucesso da colonização europeia na região. O ‘bom selvagem’ torna-se inimigo e passa a ser entendido e representado a partir de características que contrapõem a identidade reforçada pelos colonos. Aos europeus eram atribuídas as noções de cristianidade, civilidade, progresso, e defesa a propriedade privada, enquanto os grupos indígenas eram identificados a partir da oposição à essas características, colocados como bárbaros que comprometiam o desenvolvimento e ameaçavam a propriedade privada (Selau, 2006). Essa narrativa segue sendo reforçada pela elite da cidade, que se utiliza dela para legitimar seus espaços de poder econômico, político e social. Por trás das grandes empresas e dos políticos que governam a cidade há gerações ecoa o discurso do colono trabalhador, desbravador do território, que supera as adversidades, constrói o seu sucesso e com ele o desenvolvimento da cidade.

Considerações finais

Escrevo este trabalho a partir da intenção de contribuir com a discussão entendendo a sua complexidade e sem pretensão de preencher todas as suas lacunas. Ainda pairam muitas perguntas sem resposta e possíveis caminhos de investigação que podem agregar na construção de uma escrita da história alinhada as demandas por justiça social e racial apresentadas por Wanderley, comprometidas com a luta antirracista.

Nesse sentido, o discurso de Wanderley Baptista expõe esse conflito de narrativas que assola o território catarinense e nacional. De um lado os italianos, alemães e polacos que reafirmam a ideia de que o Laklanõ/Xokleng em Orleans é personagem de um passado distante, enquanto Wanderley demonstra a presença de seu povo a partir de si e de sua família. Suas manifestações trazem demandas de justiça que perpassam a escrita da história a partir de uma perspectiva indígena sobre seu povo, sua cultura e sua história. Rememora a violência que fundamenta a construção do município e com isso

tenciona o local de privilégio branco justificado por um conto ilusório e distorcido de um passado dito honrado e heroico. Questiona os espaços de poder tão bem consolidados tecendo um caminho de desenvolvimento de narrativas outras a partir do olhar e da vivência dos povos originários.

Fonte

CÂMARA DOS VEREADORES DE ORLEANS, **Sessão Ordinária 04/03/2024 - Câmara de Vereadores de Orleans**. Youtube, 4 de março de 2024. Vídeo (132min). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/puK5m-WYhks?si=oPj6PjMzTKIOxoyj>. Acesso em: 20 de out. 2025.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Wanderley Dorizete. **Pensamento de um Xokleng**. Orleans: Editora-Gráfica do Lelo, 2024.

CENTRO UNIVERSIDADE BARRIGA VERDE. **Povos indígenas: registro dos povos Xoklengs em Orleans e região Sul Catarinense**, 2024. Orleans: Gráfica do Lelo, 2024. 21p.

GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas**. Revista brasileira de História, v. 20, p. 13-36, 2000.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. Orientadora: Mara Coelho de Souza Lago. 2022. Tese – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O ato indígena de educar(se), uma conversa com Daniel Munduruku**. Transcrição de encontro realizado em 5 de julho de 2016, como parte da ação de difusão da 32ª Bienal: Programa de Encontros no Masp. [S.l.], 2020.

POPÓ, Carli Caxias. **Cosmologia na visão Xokleng**. Orientador: Prof. Msc. João Rivelino Rezende Barreto. TCC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, 2015.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio**. Orientador: Prof.^a Dr^a. Eunice Sueli Nodari. 2006. Dissertação – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SZLACHTA, Tatiane Soethe; GUIMARÃES, Geovan Martins. **Colonização e genocídio: o caso dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará**. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 33–61, 2024. DOI: 10.30612/rehr.v18i35.16934. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/16934>. Acesso em: 3 jul. 2025.

TSCHUCAMBANG, Copacãm. **Artefatos Arqueológicos no Território Laklãnõ/Xokleng-SC**. Orientador: Juliana Salles Machado. 2015. TCC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis